

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

Jaraguá do Sul - SC, 30 de junho de 2022.

Aos acionistas da

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A

Senhores Acionistas,

A Administração da **FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2021 comparativas à 31 de dezembro de 2020.

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 01 de agosto de 2017 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objetivo social (i)exploração do negócio de Aquisição e securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, imobiliários, financeiros, agronegócio; (ii)Emissão de debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76; (iii)Realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos.

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A

Diretor Presidente
Pedro Luiz Mees

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

Balanco Patrimonial dos exercícios findos em:
(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.878.032	5.175.908
Contas a Receber	6	101.382.586	71.222.147
Impostos a recuperar		979.612	299.364
Outros créditos	7	8.373.061	5.355.135
Total do Ativo Circulante		113.613.291	82.052.554
Ativo não circulante			
Imobilizado	8	1.034.313	270.017
Total do Ativo não circulante		1.034.313	270.017
Total do Ativo		114.647.604	82.322.571
PASSIVO	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Passivo Circulante			
Fornecedores		70.878	10.631
Empréstimos e financiamentos			324.716
Obrigações tributárias	9	376.515	244.028
Obrigações trabalhistas e sociais	10	173.322	278.465
Outras Obrigações	11	4.415.307	785.676
Total do passivo Circulante		5.036.022	1.643.516
Passivo não Circulante			
Títulos e valores mobiliários	12	102.497.662	76.745.022
Outras Obrigações	11	4.593.928	353.937
Total do passivo não circulante		107.091.590	77.098.959
Patrimônio líquido	13		
Capital social subscrito		300.000	150.000
Capital social a Integralizar		(8.103)	
Reserva Legal		20.000	20.000
Reserva de Lucros		2.208.095	3.410.096
Total do patrimônio líquido		2.519.992	3.580.096
Total do Passivo		114.647.604	82.322.571

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Receita de securitização		24.050.832	19.197.335
Receita de serviços		3.814.690	455.216
(-) Custo de captação de recursos		(15.226.865)	(6.573.097)
(-) Deduções da receita		(761.548)	(994.200)
Receita operacional líquida		11.877.109	12.085.254
Lucro Bruto		11.877.109	12.085.254
Despesas gerais e administrativas		(15.814.877)	(14.290.941)
Total das despesas operacionais		(15.814.877)	(14.290.941)
Lucro antes do Resultado Financeiro	14	(3.937.768)	(2.205.687)
Despesas financeiras		(986.833)	(1.590.367)
Receitas financeiras		3.738.479	1.780.727
Resultado financeiro líquido	15	2.751.646	190.360
Receitas não operacionais		133.400	
Despesas não operacionais		(144.079)	
Resultado antes das provisões		(1.196.801)	(2.015.327)
Prejuízo líquido do período		(1.196.801)	(2.015.327)

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	Capital Social Subscrito	(-) Capital Social a Integralizar	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	100.000	-	20.000	3.748.300	3.868.300
Resultado do Exercício				(2.015.327)	(2.015.327)
Integralização de Capital	50.000				50.000
Ajustes de Exercícios anteriores				1.677.123	1.677.123
Saldo em 31 de dezembro de 2020	150.000	-	20.000	3.410.096	3.580.096
Resultado do Exercício				(1.196.801)	(1.196.801)
Integralização de Capital	150.000	(8.103)			141.897
Ajustes de Exercícios anteriores				(5.200)	(5.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	300.000	(8.103)	20.000	2.208.095	2.519.992

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	31.12.2021	31.12.2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	(1.196.801)	(2.015.327)
Ajustado por:		
- Remuneração sobre debêntures	15.226.865	6.573.097
- Depreciação	(29.523)	50.651
- Ajustes de exercícios anteriores	(5.200)	1.677.123
	13.995.341	6.285.544
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Contas a receber de clientes	(30.160.439)	(21.104.210)
Impostos a recuperar	(680.248)	(66.708)
Outros créditos	(3.017.926)	(3.135.250)
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Obrigações com fornecedores	60.247	(63.514)
Obrigações tributárias	132.487	(58.776)
Obrigações trabalhistas e sociais	(105.143)	(12.881)
Outras Obrigações	8.223.559	(208.031)
Caixa proveniente/(usado) nas operações	(11.552.122)	(18.363.826)
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-	-
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(11.552.122)	(18.363.826)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
- Venda de ativo imobilizado	(941.773)	
- Aquisição de ativo imobilizado	207.000	(74.118)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(734.773)	(74.118)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aquisição de empréstimos e financiamentos	4.070.477	4.857.638
Amortização de empréstimos e financiamentos	(4.519.043)	(6.588.367)
Integralização de capital social	141.897	50.000
Resgate de títulos e valores mobiliários	46.853.092	39.353.673
Ingresso decorrente títulos e valores mobiliários	(36.557.404)	(18.682.175)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	9.989.019	18.990.769
Aumento/(Diminuição) líquido de caixa e equivalente de Caixa	(2.297.876)	552.825
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.175.908	4.623.083
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.878.032	5.175.908

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do exercício
findo em 31 de dezembro de 2021.**

1) Contexto Operacional

A Fatori Securitizadora de Créditos S/A, constituída em 01 de agosto de 2017, tem como objetivo social (i)exploração do negócio de Aquisição e securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, imobiliários, financeiros, agronegócio; (ii)Emissão de debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76; (iii)Realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos. . A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, Nº 1188, Sala 208, Cx postal 14, bairro Centro, na cidade de Jaraguá do Sul estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-700.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas pela diretoria em 30 de junho de 2022.

1.1 Impactos do Covid-19

Desde o dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia. O surto provocado pela contaminação de COVID-19, que evoluiu e continua evoluindo, gerando impacto nas atividades globais. Tendo em vista as avaliações da Emissora, informamos que, até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, não observamos eventos e impactos financeiros relevantes dentro das operações destas Demonstrações Financeiras.

2) Riscos

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da

meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.3 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.4 Risco fiscal:

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.5 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2022, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco da operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.6 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.7 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.8 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.9 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e

homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao ***“Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC”*** e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

4.2 Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos

e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre

o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R1), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são

mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2021 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência. A empresa deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.14 Evento Subsequente

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	2.687	242
Banco Conta Movimento	888.107	5.175.666
Aplicação Financeira	1.987.238	
Total de Caixa e Equivalentes	2.878.032	5.175.908

6) Contas a Receber

O saldo de Contas a Receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Também em função da análise da potencialidade de perdas inserida na carteira, a empresa constituiu a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) requerida pelo CPC 38.

a) Esta carteira é composta por:

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Duplicatas a receber	93.396.551	72.163.152
(-) Duplicatas a conciliar	(553.574)	(1.153.262)
(-) PECLD	(2.792.485)	
Operações com CCB	11.332.094	212.257
Total de Contas a receber	101.382.586	71.222.147

b) Posição por vencimento em dias da carteira de direitos creditórios:

Períodos em dias	A vencer	Vencidos	Total
até 30 dias	37.930.160	2.272.592	40.202.752
de 31 e 60 dias	19.026.534	875.779	19.902.313
de 61 e 90 dias	12.032.013	616.606	12.648.619
de 91 e 120 dias	2.816.090	794.369	3.610.459
de 121 e 150 dias	1.574.798	644.580	2.219.378
de 151 a 180 dias	804.988	405.940	1.210.928
Acima de 181 dias	11.034.711	2.567.391	13.602.102
Total Geral	85.219.294	8.177.257	93.396.551

7) Outro Créditos

O saldo de “Outros créditos” é composto por adiantamento a funcionários e também adiantamento a terceiros, operações com trustee, adiantamento de dividendos e empréstimos a receber de empresas ligadas, e está assim disposta:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Outros Créditos		6.227.189
(-) PECLD		(918.006)
Adiantamento a funcionários	5.527	7.147
Adiantamento a terceiros	452.409	38.805
Trustee	4.391.177	
Dividendos	268.526	
Empréstimos a Receber	3.255.422	
Total de Outros créditos	8.373.061	5.355.135

8) Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela companhia a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto do imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual. A conta de “imobilizado” é composta por:

Descrição	Taxa	Custo	31.12.2021		31.12.2020
			Depreciação	Residual	Saldo
Equipos de processamento de dados	20%	114.369	(18.764)	95.605	25.641
Máquinas, Equipamentos e aparelhos	10%	11.102	(382)	10.720	1.837
Móveis e utensílios	10%	31.203	(7.318)	23.885	27.005
Veículos	20%				162.150
Consórcio de bens		107.503		107.503	53.384
Terrenos		796.600		796.600	
Total do Imobilizado		1.060.777	(26.464)	1.034.313	270.017

9) Obrigações Tributárias

O saldo de “Obrigações tributárias” está composto por impostos a recolher oriundos das operações da companhia:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Confins a recolher	10.456	36.853
CSLL Estimativa a recolher	16.175	16.175
IRPJ Estimativa a recolher	64.931	64.931
PIS a recolher	1.699	5.989
CSRF retido a recolher	24.754	16.742
INSS retido a recolher	581	
IRRF retido a recolher	7.853	5.262
ISS retido a recolher	4.785	4.707
Provisão IRRF sob debêntures	245.281	93.369
Total de Obrigações Tributárias	376.515	244.028

10) Obrigações Trabalhistas e Sociais

As “Obrigações trabalhistas e sociais” referem-se a salários, provisões e encargos decorrentes da folha de pagamento dos colaboradores, estando assim disposto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Salário e ordenados a pagar		63.919
Pró-labore a pagar	2.652	3.365
INSS a recolher	29.901	34.528
FGTS a recolher	17.344	11.193
Contribuição Social a recolher	774	774
IRRF sobre trabalho assalariado	15.468	34.202
Provisão para férias	79.602	96.881
Provisão INSS sobre férias	21.254	25.867
Provisão FGTS sobre férias	6.327	7.736
Total de Obrigações Trabalhistas e Sociais	173.322	278.465

11) Outras obrigações

A conta “Outras Obrigações” está composta por depósitos não identificados, operações com trustee, operações com cartão de crédito, sendo que as contas estão dispostas da seguinte forma:

Passivo Circulante:		Reapresentação
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos não identificados	23.357	253.538
Dividendos a pagar		531.474
Adiantamento de Clientes		664
Trustee	4.391.177	
Cartões de Crédito	773	
Total de Outras Obrigações Circulante	4.415.307	785.676

Em relação ao passivo não circulante, a companhia possui provisões para contingências e receitas diferidas de juros sobre a atividade operacional, conforme controle efetuado de acordo com a Curva dos títulos a receber:

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

Passivo não Circulante:		Reapresentação
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Contingência	145.313	230.087
Receitas Diferidas de Juros	4.448.615	
Leasing a pagar		113.850
Partes relacionadas		10.000
Total de Outras Obrigações não Circulante	4.593.928	353.937

12) Títulos e Valores Mobiliários

Em 15 de agosto de 2018 a Companhia efetuou sua 1ª (primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 7.200 (sete mil e duzentas) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais), em 6 séries, sendo que cada série tem uma remuneração diferente, disposta na Escritura de Debêntures e seus respectivos aditamentos.

Em 16 de agosto de 2018 a Companhia efetuou sua 2ª (segunda) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 4.800 (quatro mil e oitocentas) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), em série única, com juros remuneratórios fixos de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis” e mais 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”) de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP.

Em 14 de março de 2019 a Companhia efetuou sua 3ª (terceira) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 15.000 (quinze mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), em três séries, sendo que cada série tem uma remuneração diferente, disposta na Escritura de Debêntures e seus respectivos aditamentos.

Em 20 de julho de 2020 a Companhia efetuou sua 4ª (quarta) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 50.000 (cinquenta mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em série única. A base de remuneração do valor unitário das debêntures, renderão juros remuneratórios fixos de 2% (dois por cento) ao mês, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

Em 21 de setembro de 2020 a Companhia efetuou sua 5ª (quinta) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 1.200 (mil e duzentas) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), em série única. A base de remuneração do valor unitário das debêntures, renderão juros remuneratórios fixos de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

Em 09 de abril de 2021 a Companhia efetuou sua 6ª (sexta) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 5.000 (cinco mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em série única. A base de remuneração do valor unitário das debêntures, renderão juros remuneratórios fixos de 1,1% (um inteiro e um décimo por cento) ao mês, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

Em 08 de julho de 2021 a Companhia efetuou sua 7ª (setima) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 50.000 (cinquenta mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando um montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em série única. A base de remuneração do valor unitário das debêntures, renderão juros remuneratórios fixos de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis” e mais 100% (cem por cento) da variação acumulada das

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP.

Em 13 de agosto de 2021 a Companhia efetuou sua 8ª (oitava) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 2.000 (duas mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em série única. A base de remuneração do valor unitário das debêntures, renderão juros remuneratórios fixos de 1,3% (um inteiro e três décimos por cento) ao mês.

A conta "Títulos e Valores Mobiliários" está composta da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures 1ª Emissão	19.225.000	22.890.000
Remuneração Debêntures 1ª Emissão	3.339.689	2.178.585
Debêntures 2ª Emissão	41.730.000	37.800.000
Remuneração Debêntures 2ª Emissão	14.603.016	7.894.745
Debêntures 4ª Emissão	4.100.000	100.000
Remuneração Debêntures 4ª Emissão	588.465	1.714
Debêntures 5ª Emissão	7.940.000	5.830.000
Remuneração Debêntures 5ª Emissão	920.869	49.978
Debêntures 6ª Emissão	110.000	
Remuneração Debêntures 6ª Emissão	6.521	
Debêntures 7ª Emissão	5.247.000	
Remuneração Debêntures 7ª Emissão	252.967	
Debêntures 8ª Emissão	4.200.000	
Remuneração Debêntures 8ª Emissão	234.135	
Total de Títulos e Valores Mobiliários	102.497.662	76.745.022

13) Patrimônio Líquido

Capital Social - O Capital Social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), representado por 300.000 (trezentos mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reserva de Lucros: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui um saldo de R\$ 2.208.095 (dois milhões, duzentos e oito mil, noventa e cinco reais) que estão a disposição da administração para serem destinados conforme a necessidade da Companhia.

Reserva Legal: A reserva legal foi constituída atingindo o valor máximo, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, alcançando os 20% do valor do capital social integralizado.

Resultado do Exercício: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia obteve um prejuízo no valor de R\$ 1.196.800,53 (um milhão, cento e noventa e seis mil, oitocentos reais e cinquenta e três centavos).

14) Resultado Operacional

O resultado operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, dispostas abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita Operacional	11.877.109	12.085.254
Receita Bruta de Securitização	24.050.832	19.197.335
Receita de serviços	3.814.690	455.216
(-) Dedução da Receita	(761.548)	(994.200)
(-) Custo de Captação de Recursos	(15.226.865)	(6.573.097)
Despesas Operacionais	(15.814.877)	(14.290.941)
Despesas Operacionais	(15.814.877)	(14.290.941)
Resultado Operacional	(3.937.768)	(2.205.687)

15) Resultado Financeiros

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas Financeiras	(986.833)	(1.590.367)
Descontos Concedidos	(500.537)	(431.096)
Despesas Bancárias	(445.662)	(384.071)
Juros Pagos ou Incorridos	(17.103)	(728.269)
Multas Dedutíveis	(843)	(27.777)
Multas indedutíveis	(3.790)	
Tarifas	(213)	(21)
Desconto sobre recompra		(6.599)
Desconto concedidos	(18.684)	(12.534)
Receitas Financeiras	3.738.479	1.780.727
Descontos obtidos	418.160	154.226
Juros Recebidos	803.699	480.562
Multa Recebidos	363	
Juros s/ liquidação	33.263	2.599
Juros s/ recompra	16.868	506
Multa s/ liquidação	1.714.860	503.607
Multa s/ recompra	651.286	639.219
Reversão de PCLD	99.980	
Outras Receitas Financeiras		8
Resultado Financeiro	2.751.646	190.360

16) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para sua valorização, estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

Contas a receber (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Títulos e valores mobiliários (nota 12): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021.

Jaraguá do Sul - SC, 30 de junho de 2022.

Pedro Luiz Mees
Diretor Presidente

André Effting Vanderlinde
Diretor Vice-Presidente

Alexsandro De Oliveira
CRC/SC: 030554/O-7